

**Parecer nº 73/97**

Data: 1997.07.24

Processo nº 204

**Reclamante:** Gracinda Maria Antunes Rocha

**Entidade reclamada:** Ministro da Defesa Nacional

1. Gracinda Maria Antunes Rocha pretende obter, ao abrigo da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, - Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), acesso a documentos que afirma estarem na posse do Ministro da Defesa Nacional.
2. Tendo o Presidente da CADA determinado que à requerente fosse solicitada informação adicional sobre os documentos em causa, bem como sobre a data de apresentação e o despacho que sobre os mesmos recaiu, a requerente informou (doc. com entrada nº 82/serviços CADA) que o pedido foi apresentado ao MDN em 12.12.1995, 29.4.1996 e 7.10.1996. Ao Primeiro-Ministro foi feita idêntica solicitação "o qual enviou o requerimento para o Senhor Ministro da Defesa". Mais se refere que "não houve despacho expreso de indeferimento".
3. Quanto à identificação dos documentos pretendidos, o requerimento menciona que o membro do Governo referido "afirma ter em seu poder documentos assinados por mim, os quais eu nunca vi, nem assinei, ou seja os documentos modelos ANS22 Anexo B e Anexo C".
4. Segundo informação constante dos autos, trata-se de uma declaração de responsabilidade e do respectivo anexo (transcrevendo os artigos 343º e 344º do Código Penal) num processo de credenciação. A requerente dirige-se à CADA para obter as providências legalmente previstas.

Do processo constam todos os elementos necessários à deliberação da CADA.

5. Nos termos da Constituição e da lei a transparência é a regra e o segredo a excepção na vida administrativa. Por razões de segurança, por exemplo, os documentos "que contenham informações cujo conhecimento seja avaliado como podendo pôr em risco ou causar dano à segurança interna e externa do Estado ficam sujeitos a interdição de acesso ou a acesso sob autorização, durante o tempo estritamente necessário, através da classificação nos termos de legislação específica" (artigo 5º da LADA). Mesmo estes, porém, "podem ser livremente consultados, após a sua desclassificação ou o decurso do prazo de validade do acto de classificação".

Qualquer que seja o seu fundamento, as recusas de acesso têm de mencionar as razões que em concreto a justificam. A Administração deve facultar aos interessados, em prazo certo, essa informação para efeitos de exercício dos direitos previstos na LADA. Decorridos os prazos da lei sem que tal ocorra, pode o cidadão dirigir-se à CADA.

6. O requerimento veio acompanhado de um extrato de documento da Auditoria Jurídica do MDN no qual se refere que é "prática corrente no CNPCE os júris dos concursos esclarecerem os concorrentes que a serem nomeados serão sujeitos a uma investigação para efeitos de credenciação", tendo isso mesmo ocorrido em relação a Gracinda Rocha. Mais se informa que "nenhum dado sobre o assunto existe, existiu ou transitou pelo CNPCE" e que "muito menos" se pode dizer " que o seu processo tenha sido enviado ao SIS".

Não cabe ajuizar sobre tais matérias no âmbito da CADA, à qual não cabe reunir informações sobre o processo de circulação de dados no interior da Administração Pública.

A LADA não visa facultar aos cidadãos pesquisas de informações, nem averiguar se as mesmas foram comunicadas a certos departamentos. A lei pretendeu assegurar apenas o acesso a documentos administrativos existentes, desde que não excluídos de consulta por ocorrerem as circunstâncias excepcionais enumeradas na Constituição e na lei.

7. Refere o citado documento extractado nos autos, da Auditoria Jurídica do MDN, ter a interessada assinado dois documentos. Diz a requerente: "eu nunca vi, nem assinei" (tais documentos).

Sobre este último aspecto não cabe ajuizar. Importa tão só assinalar que estando indiciada a existência dos documentos requeridos e não sendo invocada circunstância que justifique a recusa de acesso aos mesmos, a comunicação dos mesmos é legalmente devida, sendo irrelevante o uso a que se destinem.

Tal é, para todos os efeitos legais, o parecer da CADA.

Lisboa, 24 de Julho de 1997

*José Magalhães* (Relator) – *João Figueiredo* – *José Renato Gonçalves* – *Branca do Amaral* – *João Labescat* – (Tem voto de conformidade do vogal Dr. Fernando Condesso que não assina por já não se encontrar presente) – *Armindo José Girão Cardoso* (Presidente)